# CÂMARA MUNICIPAL DE TAGUAÍ

## RESOLUÇÃO Nº 001/1989

Estabelece normas regimentais de funcionamento da Câmara Municipal na elaboração da Lei Orgânica do Município.

A CÂMARA MUNICIPAL DE TAGUAÍ aprovou e eu, seu Presidente, promulgo a seguinte Resolução:

A CÂMARA MUNICIPAL DE TAGUAÍ RESOLVE:

### CAPÍTULO I - DA CÂMARA ORGANIZANTE

Artigo 1º - A elaboração da Lei Orgânica do Município, conforme foi conferida no parágrafo único do artigo 11 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição da República Federativa do Brasil, far-se-à com observância às normas estabelecidas nesta Resolução, suplementadas pelo Regimento Interno da Câmara Municipal.

Artigo 2º - A Câmara Municipal, durante os trabalhos de elaboração da Lei Orgânica, continuará a exercer suas funções legislativas ordinárias, respeitando o disposto nesta Resolução.

### CAPÍTULO II - DA MESA DA CÂMARA MUNICIPAL

#### Seção I - Das Disposições Gerais

Artigo 3º - A Mesa eleita para dirigir a Câmara Municipal terá também a incumbência de presidir os trabalhos de elaboração da Lei Orgânica.

Artigo 4º - A Mesa, deverá, em decorrência da Lei Orgânica, requisitar ao Prefeito:

a) a abertura de créditos adicionais para atender as despesas com os trabalhos;

b) de ofício ou a requerimento de Vereador, in-

# CÂMARA MUNICIPAL DE TAGUAÍ

formações e documentos que se fizerem necessários, para ser respondido no prazo improrrogável de 10 (dez) dias; e

c) a colaboração de pessoal da área técnica.

Artigo 5º - A Mesa deverá promover a divulgação dos trabalhos de forma mais ampla possível, podendo, para tanto, contratar a publicidade, desde que deliberado pelo Plenário, fazendo também publicar na imprensa da Região.

Artigo 6º - Os membros da Mesa reunir-se-ão sempre que necessário, deliberando por maioria de votos sobre os assuntos em exame.

Seção II - Do Presidente

Artigo 7º - O Presidente terá como atribuição:

I - quanto às sessões:

a) decidir sobre questões de ordem e reclamações;

b) convocar sessões extraordinárias, anunciando a Ordem do Dia;

II - quanto às proposições:

a) receber emendas, deixando de aceitar as que desatenderem as exigências regimentais;

b) distribuir as emendas à Comissão e cópias aos Senhores Vereadores;

III - quanto à Comissão:

a) estabelecer os locais de trabalho da Comissão;

b) nomear os membros da Comissão.

Parágrafo Único - Compete também ao Presidente convocar e presidir as reuniões de Líderes.

Artigo 8º - O Presidente poderá tomar parte em qualquer discussão.

CAPÍTULO III - DO ANTEPROJETO

Seção I - Do Grupo de Trabalho

Artigo 9º - A Mesa da Câmara constituirá, mediante Ato, um Grupo de Trabalho, composto de todos os Vereadores que terá a incumbência de apresentar um Anteprojeto de Lei Orgânica.

Parágrafo Único - O Grupo de Trabalho poderá ouvir ou solicitar por escrito a opinião de pessoas ou entidades civis de notória atuação no Município.

Seção II - Das Emendas

Artigo 10 - O Presidente da Câmara, recebendo o Anteprojeto, determinará a sua publicação, a partir da qual estará aberto o prazo de 30 (trinta) dias, para oferecimento de emendas.

Parágrafo Único - O recebimento de emendas poderá ser feito em dias e horários previamente estabelecidos.

Artigo 11 - As emendas, com ingresso através do Protocolo, poderão ser apresentadas:

I - pelos Vereadores;

II - por sindicatos, associações de classes e entidades legalmente constituídas no Município;

III - por, no mínimo, 40 (quarenta) eleitores registrados no Município.

§ 1º - A proposição apresentada por, no mínimo, 40 (quarenta) eleitores, que passa a se chamar "emenda popular", deverá conter o nome, assinatura, endereço e quanto ao Título Eleitoral, o número de inscrição, a zona e a seção.

§ 2º - As emendas deverão ser acompanhadas de justificativa, mesmo que sucinta de seu objeto.

§ 3º - As emendas referentes aos incisos II e III deverão ser acompanhadas de indicação dos nomes de um titular e um suplente que as sustentarão oralmente junto à Comissão nos termos do artigo vinte e um e seu parágrafo único.

Artigo 12 - O Presidente da Câmara encaminhará

as emendas, tão logo protocoladas, à Comissão, com cópias a cada um dos senhores Vereadores.

Seção III - Da Comissão Temática

Subseção I - Das Disposições Gerais

Artigo 13 - A Comissão, como órgão delegado e auxiliar, terá como atribuição, examinar e deliberar sobre as emendas de sua área de competência.

Artigo 14 - A Comissão será constituída por todos os membros da Câmara Municipal.

Parágrafo Único - A Comissão será presidida pelo Presidente da Mesa e o relator será o 1º Secretário da Mesa.

Artigo 15 - A Comissão, constituída de todos os Vereadores, deliberará sobre os seguintes ítens:

I - do Governo do Município;

II - da Administração Pública;

III - de Finanças e Orçamento;

IV - da Ordem Econômica;

V - da Ordem Social;

VI - do Município.

Artigo 16 - A Comissão deliberará sobre as emendas ao Anteprojeto, atuando em áreas específicas assim distribuídas:

I - a do Governo do Município: Poder Executivo e Poder Legislativo;

II - a da Administração Pública: sua organização, atribuições e servidores;

III - a de Finanças e Orçamento: receita, despesa, orçamento e fiscalização financeira e orçamentária;

IV - a da Ordem Econômica: atividade econômica , desenvolvimento urbano, meio ambiente e saneamento;

V - a da Ordem Social: saúde, assistência social, educação, cultura, esporte e lazer;

VI - a do Município: sua competência, distritos,

bens, obras, serviços, licitações, além das disposições gerais e transitórias.

Artigo 17 - A Comissão funcionará nos locais determinados pelo Presidente da Câmara, em reuniões ordinárias,com horário por ela fixado.

§ 1º - O Presidente da Comissão poderá reuní-la extraordinariamente em dias ou horários diversos das sessões ordinárias, assegurada a convocação de todos os seus integrantes.

§ 2º - A Comissão abrirá os seus trabalhos com a presença da maioria absoluta de seus membros.

Artigo 18 - As reuniões da Comissão serão públicas e, salvo deliberação em contrário, terão a duração necessária à realização dos seus fins.

Artigo 19 - A Comissão terá o prazo de até 30 (trinta) dias para deliberar sobre as emendas e elaborar parecer.

Parágrafo Único - As emendas poderão ser aprovadas ou rejeitadas na forma original, fundidas ou com subemendas da Comissão, a fim de torná-las mais claras.

Artigo 20 - A Comissão poderá, para melhor exame da matéria submetida à sua apreciação, ouvir ou solicitar por escrito a opinião de pessoas de notória especialização.

Parágrafo Único - As diligências praticadas não dilatarão de forma alguma o prazo concedido à Comissão para exame das emendas.

Subseção II - Dos Debates

Artigo 21 - Os debates na Comissão acontecerão somente uma vez sobre cada matéria, sem direito à réplica e obedecerão aos seguintes prazos:

I - 10 (dez) minutos aos seus membros;

Parágrafo Único - Os representantes de sindicato, de associação e de signatários de emendas populares terão assegurados por 5 ( cinco) minutos o direito de fazer sustentação sobre matéria de seu interesse.

Subseção III - Da Votação

Artigo 22 - Encerrada a discussão, passar-se-à imediatamente à votação, que será tomada pelo processo nominal.

§ 1º - As deliberações serão tomadas pela maioria absoluta dos membros da Comissão, que votarão a favor ou contra o parecer do Relator, ou ainda, com restrições.

§ 2º - As emendas rejeitadas na Comissão Temática poderão ser reapresentadas quanto do exame do Projeto, conforme os prazos previstos no artigo vinte e seis.

CAPÍTULO IV - DO PROJETO

Seção I - Da Comissão de Sistematização

Artigo 23 - O Presidente da Câmara, ao encerrar-se o exame das emendas, organizará a Comissão de Sistematização que será constituída por todos os Vereadores.

Parágrafo Único - A Comissão será presidida pelo Presidente da Mesa e o relator será o 1º Secretário da Mesa.

Artigo 24 - A Comissão de Sistematização terá por incumbência elaborar a redação do Projeto de Lei Orgânica mediante inserção no Anteprojeto das emendas aprovadas, cabendo-lhe, para tanto, deliberar sobre os textos conflitantes.

§ 1º - Para fins de funcionamento da Comissão de Sistematização será observado o disposto nos artigos dezessete e parágrafos, dezoito, vinte e seu parágrafo único, vinte e um e seu parágrafo único e vinte e dois e seu parágrafo primeiro.

Artigo 25 - O Presidente da Câmara, ao receber o Projeto, determinará a sua publicação.

Seção II - Das Emendas

Artigo 26 - A partir da publicação do Projeto , haverá um prazo de 5 (cinco) dias para o oferecimento de emendas.

Parágrafo Único - As emendas deverão obedecer ao disposto no artigo onze.

Artigo 27 - A Comissão de Sistematização terá, em seguida, até 15 (quinze) dias para deliberar, pela maioria absoluta de seus membros, elaborando parecer sobre as emendas apresentadas.

Seção III - Do Plenário

Subseção I - Das Disposições Gerais

Artigo 28 - O Plenário funcionará com o número mínimo de 1/3(um terço) de seus membros.

§ 1º - As deliberações em Plenário, salvo na votação da Lei Orgânica, serão tomadas por maioria de votos, presente a maioria dos integrantes da Câmara.

§ 2º - O Presidente da Câmara somente votará no caso de desempate ou quando o quorum exigido for de dois terços.

Artigo 29 - As sessões de Plenário para elaboração da Lei Orgânica, são:

I - Ordinárias, as realizadas às segundas e quintas-feiras, a partir das 20 (vinte) horas.

II - extraordinárias, as convocadas pelo Presidente para se realizar em dias ou horários diversos das sessões ordinárias.

§ 1º - As sessões, ordinárias e extraordinárias, terão a duração de duas horas e trinta minutos e poderão ser prorrogadas mediante proposta da Mesa ou requerimento de, pelo menos, 5 (cinco) Vereadores, com aprovação do Plenário.

§ 2º - As sessões, ordinárias ou extraordinárias, serão sempre públicas.

§ 3º - As sessões poderão ser suspensas por prazo de até 30 (trinta) minutos, prorrogável por até mais 30 (trinta) minutos, mediante acordo da maioria das Lideranças presentes em Plenário, para exame de questão relacionada com os trabalhos ou para restaurar a ordem no Plenário.

Artigo 30 - Publicado o parecer da Comissão de Sistematização, o Presidente da Câmara convocará o Plenário para

os debates e votação do Projeto e das emendas, em 1º turno, em ordem sistemática.

Artigo 31 - O Projeto, com um interstício de no mínimo 10 (dez) dias, conforme estabelece o artigo 29 da Constituição Federal, será submetido novamente à discussão e votação, em 2º turno, excluída a matéria rejeitada em primeiro turno.

Artigo 32 - Os debates e as votações , no primeiro e no segundo turnos, não poderão ultrapassar, no total, o prazo de 30 (trinta) dias.

Subseção II - Dos Debates

Artigo 33 - Os debates serão feitos após a matéria ter sido colocada em discussão.

Parágrafo Único - Cada orador poderá falar apenas uma vez por matéria.

Artigo 34 - Cada orador disporá de 5 (cinco) minutos para debater a matéria em exame.

Artigo 35 - A discussão será encerrada quando o assunto estiver esgotado.

Subseção III - Da Votação

Artigo 36 - A votação só terá início desde que estejam presentes, no mínimo, dois terços dos Vereadores.

Parágrafo Único - A aprovação da matéria dependerá do voto favorável de dois terços dos Vereadores que integram a Câmara.

Artigo 37 - O processo de votação será sempre nominal, exceto se, por acordo da maioria das lideranças presentes, for requerida a abolição do mesmo.

Artigo 38 - O Verador que tiver dúvida quanto ao resultado da votação poderá pedir verificação de contagem.

Subseção IV - Do Destaque

Artigo 39 - O requerimento de destaque, subscrito por um Líder de Bancada, permitirá votação em apartado, de ca

pítulo, seção, subseção, artigo, parágrafo, inciso, ítem, alínea ou expressão.

Parágrafo Único - Caberá ao Presidente deliberar sobre o requerimento e, no caso de indeferimento, poderá ser interposto recurso ao Plenário.

Subseção V - Da Redação Final

Artigo 40 - Terminada a votação do Projeto, no primeiro turno, será enviado à Comissão de Sistematização para elaborar, no prazo de 5(cinco) dias, a redação do texto aprovado.

Parágrafo Único - Elaborado o trabalho, a Comissão o enviará à Mesa, que determinará a sua publicação e o incluirá na Ordem do Dia para discussão e votação em segundo turno.

Artigo 41 - O projeto, se alterado no segundo turno, será novamente remetido à Comissão de Sistematização, que elaborará a redação final no prazo de 5(cinco) dias.

Subseção VI - Das Emendas de Redação

Artigo 42 - Recebido o Projeto aprovado, com a redação final, a Mesa determinará a sua publicação, correndo pauta, por 5 (cinco) dias, para o oferecimento de emendas.

§ 1º - Os Vereadores somente poderão apresentar emendas para evitar incorreção de linguagem, incoerência notória ou contradição evidente.

§ 2º - O projeto retornará à Comissão de Sistematização se for apresentada emenda, para que delibere no prazo de 5 (cinco) dias.

§ 3º - O Projeto com o parecer da Comissão, será a seguir incluído na Ordem do Dia para que sejam discutidas e votadas as emendas de redação, no prazo máximo de 5(cinco) dias.

§ 4º - Cada Bancada terá o prazo de 15 (quinze) minutos para discutir as emendas, não cabendo encaminhamento de votação.

§ 5º - A Comissão de Sistematização, concluída a votação das emendas, terá o prazo de 5(cinco) dias para oferecer

o texto definitivo.

CAPÍTULO V - DA LEI ORGÂNICA

Artigo 43 - O Presidente, recebendo o texto definitivo, convocará sessão solene para promulgação da Lei Orgânica.

Artigo 44 - O Presidente, na sessão solene, assinará com os demais membros da Mesa 3 (três) exemplares da Lei Orgânica e, em seguida, chamará os Vereadores em Ordem alfabética, para que assim também procedam.

Parágrafo Único - Os 3 ( três) exemplares serão destinados ao Legislativo, Executivo e ao Poder Judiciário da Comarca.

Artigo 45 - O Presidente, após as assinaturas, decretará e promulgará a Lei Orgânica de Taguaí, declarando-a obrigatória em todo o território do Município.

CAPÍTULO VI - DO QUORUM DE VOTAÇÃO

Artigo 46 - O quorum para aprovação será de:

I - maioria simples, nas votações no Plenário, para deliberar sobre todos os assuntos, exceto os referidos no inciso II, letra "c" e no inciso III;

II - maioria absoluta, nas votações:

a) na Comissão Temática;

b) na Comissão de Sistematização;

c) no Plenário, para deliberar sobre os casos omissos;

III - maioria de dois terços, nas votações no Plenário, para deliberar sobre a Lei Orgânica.

CAPÍTULO VII - DA QUESTÃO DE ORDEM

Artigo 47 - O vereador poderá suscitar questão de ordem, em qualquer fase da sessão, pelo prazo de 3(três) mi-

nutos, para eliminar dúvida sobre a interpretação deste Regimento Interno.

§ 1º - A questão de ordem deve indicar o dispositivo regimental que deu motivo à dúvida e referir-se a caso concreto relacionado com a matéria tratada no momento.

§ 2º - Para contraditar questão de ordem, será permitido a um só Vereador falar também pelo prazo de 3(três) minutos.

Artigo 48 - A questão de ordem será decidida pelo Presidente da Câmara

§ 1º - Caberá recurso, sem efeito suspensivo, da decisão do Presidente, desde que apresentado, no mínimo, por 3 (três) Vereadores.

§ 2º - O recurso será encaminhado à Comissão de Sistematização, que deverá se manifestar no prazo de 2(dois) dias.

§ 3º - A Comissão pronunciando-se contrariamente ao recurso, este será arquivado , prevalecendo a decisão do Presidente; caso contrário, a matéria será submetida ao Plenário.

§ 4º - A decisão do Plenário, mantendo ou negando decisão do Presidente, terá força de norma regimental.

## CAPÍTULO VIII - DOS CASOS OMISSOS

Artigo 49 - Os casos omissos serão decididos pelo Presidente, cabendo recurso ao Plenário, desde que interposto por, no mínimo, 3 ( três ) Vereadores.

Parágrafo Único - A consulta ao Plenário não comportará discussão e a deliberação ocorrerá pelo voto da maioria absoluta.

## CAPÍTULO IX - DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 50 - Os vereadores não receberão remune-

ração extra pelos trabalhos da elaboração da Lei Orgânica, in-' cluídas aqui as sessões para tal convocadas, de acordo com este Regimento.

Artigo 51 - A Mesa fará publicar os Anais dos ' Trabalhos.

Artigo 52 - Este Regimento Interno poderá ser modificado mediante proposta da Mesa ou de 5 ( cinco ) Vereadores.

Parágrafo Único - O projeto de Resolução que visa modificar o Regimento Interno tramitará em regime de urgência.

Artigo 53 - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala de Sessões "VEREADOR NICO MANESCO".

Taguaí, 07 de novembro de 1989.

TANY JOSÉ MARIA GOBBO
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL